



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h58min do dia 26/6/18, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Osvaldo Lopes e com a presença dos vereadores Eduardo da Ambulância e Edmar Branco, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Registre-se a presença da vereadora Marilda Portela que tomou assento à mesa. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação das atas: Não tendo recebido impugnação das atas da 14ª e da 17ª reuniões ordinárias, realizadas em 22/5 e 12/6/18, O presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. A comissão deliberou por inverter a pauta com a seguinte ordem: IV - Assuntos diversos: o presidente fez a leitura do Ofício Dirleg nº 2.216/18, informando que já se encontra disponível para consulta a resposta ao Requerimento de Comissão nº 559/18 que consolidou todas as questões das comissões sobre a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte. A vereadora Marilda Portela agradeceu aos vereadores a participação desta comissão no processo de acompanhamento da execução orçamentária do Município. Informou que as questões apresentadas por esta comissão foram respondidas pelo Executivo Municipal e se encontram junto ao requerimento supracitado. Ressaltou a importância da participação dos vereadores nesse processo e informou que Comissão de Orçamento e Finanças Públicas pretende realizar alterações no formato da audiência pública para viabilizar a participação de todos os parlamentares. Comentou que esta foi a primeira vez que a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas abriu às outras comissões a possibilidade de poderem participar do acompanhamento da execução do Orçamento do Município. O presidente agradeceu a presença da vereadora Marilda Portela, como também as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informações por ela prestadas. III - Discussão e votação de: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 667/18, de autoria do vereador Irlan Melo que solicita a realização de visita técnica, com a finalidade de “Verificar as condições e apurar a retirada de terra na bacia Olaria Jatobá, fato que vem causando transtorno aos moradores e comerciantes do local. A retirada de terra vem aumentando o mal cheiro do local, além disso, os moradores não foram informados dos procedimentos que serão realizados, o que tem causado transtorno aos moradores e comerciantes do local”, em 12/7/18, às 10 horas na Bacia Olaria Jatobá, localizada à Avenida Senador Levindo Coelho, esquina com rua Primordial. Aprovado, por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 670/18, de autoria do vereador Gilson Lula Reis que solicita a realização de visita técnica, com a finalidade de “Atender ao pedido mais recente da comunidade que solicita uma atenção especial desta Casa para que verifiquemos a situação mais recente do Parque Ecológico São José - Empreendimento 51 OP (Demanda da Comunidade Expressa no Orçamento Participativo”, em 29/6/18, às 10h30min, na Rua da Ressureição, na altura do número 2, esquina com Rua Redenção e Batista de Andrade - Bairro São José. Discutiu o requerimento o vereador Osvaldo Lopes. Posto em votação, foi aprovado com abstenção dos vereadores Edmar Branco e Osvaldo Lopes.

3) Requerimento de Comissão nº 671/18, de autoria do vereador Gabriel que apresenta indicação a ser encaminhada à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL com a finalidade de “Sugerir o devido cadastramento e acompanhamento do caso das famílias levantadas em audiência, tendo em vista o risco real de desabamento, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas”. Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 672/18, de autoria do vereador Gilson Lula Reis que apresenta indicação à Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap, com a finalidade de “Sugerir o conserto do muro de arrimo já existente, bem como a construção de novos muros de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

arrimo no local, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas”. Aprovado, por unanimidade. 5) Requerimento de Comissão nº 673/18, de autoria do vereador Gilson Lula Reis que apresenta pedido de informação à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU -, com a finalidade de obter informações sobre o “Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH): 1. Qual o status de execução do PMGIRS-BH? 2. Como se dará a fiscalização e o acompanhamento das metas impostas pelo plano? 3. Quanto está orçado para sua execução?”. Rejeitado com a abstenção do vereador Osvaldo Lopes. 6) Requerimento de Comissão nº 674/18, de autoria do vereador Gilson Lula Reis que apresenta indicação à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU com a finalidade de “Sugerir a limpeza do Córrego Cercadinho, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas”. Aprovado, por unanimidade. 7) Requerimento de Comissão nº 675/18, de autoria do vereador Gilson Lula Reis que apresenta indicação à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, com a finalidade de “Sugerir a devida coleta de esgoto, a criação da estação de captação, bem como a criação de parcerias para conscientização dos moradores quanto à criação de parcerias para conscientização dos moradores quanto à manutenção do espaço”. Discutiram o requerimento os vereadores Edmar Branco e Osvaldo Lopes. Aprovado, por unanimidade. 8) Requerimento de Comissão nº 699/18, de autoria do vereador Gilson Lula Reis que apresenta pedido de informação ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, com a finalidade de “Obter informações sobre o PRAD - Programa de Recuperação de Área Degradada referente ao local conhecido como Granja Corumi, na região do Taquaril, neste município, com a disponibilização de uma cópia integral do processo administrativo número 01-124.854/03-49, em especial os documentos referentes aos termos de ajustamento de conduta, ao termo de transação civil, à licença ambiental e o próprio



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada da Mina Corumi”. Aprovado, por unanimidade. 9) Requerimento de Comissão nº 711/18, de autoria do vereador Irlan Melo que solicita realização de visita técnica, com a finalidade de “Avaliar o estado de conservação das árvores de grande porte existentes na Avenida Maria Júlia de Lima”, 12/7/18, às 11h30min, na Avenida Maria Júlia de Lima, Bairro Betânia. Aprovado, por unanimidade. 10) Requerimento de Comissão nº 712/18, de autoria do vereador Léo Burguês de Castro que solicita realização de audiência pública, com a finalidade de “Apresentar o Plano Diretor e suas modificações objeto de novo substitutivo a ser apresentado”, em 29/6/18, às 14 horas, no Plenário Amyntas de Barros. Aprovado, por unanimidade. EM PRIMEIRO TURNO: 11) Projeto de Lei nº 466/17 - “Acrescenta o inciso VII ao art. 16 da Lei Nº 9.078, de 19 de janeiro de 2005 que “Estabelece a Política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Elvis Côrtes. Este projeto perdeu o prazo na comissão pois o relator, vereador Eduardo da Ambulância, deixou de emitir parecer. 12) Projeto de Lei nº 537/18 - “Obriga a rede bancária do Município a disponibilizar sistema de senhas em braile e áudio e dá outras providências”. Autoria: vereador Jorge Santos. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Rafael Martins, pela aprovação. 13) Projeto de Lei nº 557/18 - “Obriga restaurantes, bares, lanchonetes e similares a usarem e fornecerem canudos de papel biodegradável, reciclável e/ou reutilizável, individual e hermeticamente embalados com material semelhante, e dá outras providências”. Autoria: vereador Jorge Santos. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Edmar Branco pela aprovação, com apresentação de emenda(s). 14) Projeto de Lei nº 562/18 – “Altera a classificação de logradouro que menciona e dá outras providências”. Autoria: vereador Wellington Magalhães. Este projeto perdeu o prazo na comissão pois o relator, vereador Juliano Lopes, deixou de emitir parecer. 15) Projeto de Lei 566/18 - “Regulamenta a política de publicidade educativa no Sistema Municipal de Transporte

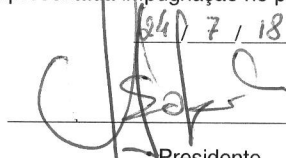


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Coletivo Urbano de passageiros do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.
Autoria: vereador Jorge Santos. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Osvaldo Lopes pela aprovação. IV - Outros Assuntos: o presidente deu ciência à comissão das seguintes respostas a requerimentos e indicações da comissão: a) Ofício em resposta à Indicação nº 24/18, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 199/18 encaminhado pelo diretor técnico-legislativo em exercício Caio Barros Cordeiro, com a seguinte resposta da Secretaria Municipal de Política Urbana: “A Secretaria Municipal de Política Urbana apresentou análise pormenorizada das propostas apresentadas pelas entidades. Foi ressaltada a importância que as discussões sobre alteração da ADE ocorram no âmbito das discussões do Plano Diretor como um todo, de forma a garantir sua coerência”. b) Ofício encaminhado pela secretária municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social Adriana Branco Cerqueira, em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 371/18 com a seguinte resposta: “1. Área: 19.257 m²; 2. Proprietário do imóvel: Silvana Gomes Hubaide; 3. Débito do imóvel: R\$7.960.088,08; 4. Área remanescente: 193,12 m², originária da desapropriação promovida por meio do Decreto nº 3.700/80”. c) Ofício encaminhado pela secretária municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social Adriana Branco Cerqueira, em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 512/18 com a seguinte resposta: “Foi encaminhado o Certificado de Autorização nº 128/08 no qual se concede autorização para recuperação de área degradada à Empabre - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. - para o empreendimento Área de Mineração da antiga Mina Fazenda Corumi, bairro Taquaril. Nessa autorização são apresentadas as condicionantes que a empresa deve cumprir”. d) Ofício encaminhado pelo presidente da Drogaria Araújo, Modesto Carvalho de Araújo Neto, em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 516/18 com a seguinte resposta: “Diversos fatores contribuem para a escolha do local de implementação de uma nova filial, desde questões estratégicas de mercado, concorrência, carência de



estabelecimentos na região, demanda de clientes e interessados, e até mesmo decisões de interesse interno da própria Drogaria Araujo (atos interna corporis). Não existe um procedimento formal para a tomada desta decisão. Esperamos que a filial a ser instalada no Bairro Santa Teresa possa anteder aos anseios da população local, o que nos foi reportado por diversos colaboradores e outras pessoas e clientes que residem ou frequentam rotineiramente a região, que de fato é carente de uma rede de farmácias e drogarias genuinamente mineira e que verdadeiramente se importe com os sentimentos e com os desejos do povo de Minas”. e) Ofício encaminhado pelo diretor técnico-legislativo em exercício Caio Barros Cordeiro, em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 541/18, com a seguinte resposta: “A Administração Regional Nordeste ao utilizar como bota-fora, o lote 15 impediu a entrada do imóvel nos lotes 17 e 18, invadindo imóveis de propriedade de terceiros, sem a devida e justa indenização. A solução encontrada foi o parcelamento dos imóveis envolvidos de modo que o Município de BH ficasse com os antigos lotes 17 e 18 e os proprietários desses lotes recebessem ao lado áreas de iguais metragens. Contudo, esse processo foi realizado sem prévia desafetação e autorização, carecendo de legalidade. Se não houver lei desafetando o imóvel com como autorizando a permuta, o vício permanecerá, não tendo o condão de ser assentado no fôlio registral”. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 14h28min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>18/07/18</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>18/07/18</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
--